

PPSP - PLANO PETROS DO SISTEMA PETROBRÁS - Plano Maduro

Fechado irregularmente em 6/8/2002, Ata CD-268/2002 na gestão Flory e confirmado em 29/3/2006 na gestão petista do Wágner Pinheiro, Ata CD-342/2006

Plano Maduro, o que isso significa e qual o seu resultado para o plano?

Em novembro de 2015 tínhamos 21.038 ativos contribuindo e 56.982 assistidos recebendo:

Como plano maduro, segundo declaração do Adv. Luis Cazetta:

O PRINCÍPIO DA PRUDÊNCIA IMPEDE O GESTOR DE EXPOR O PATRIMÔNIO DO PLANO A RISCOS MAIORES DO QUE OS ESTRITAMENTE NECESSÁRIOS PARA ATINGIR A META ATUARIAL.

A Fundação Petros, supostamente comandada por trabalhadores, operou **“temerariamente” (!? !?: !?)** na gestão dos nossos ativos investindo pesadamente em Renda Variável

O quadro abaixo, levantado por um dos nossos participantes, mostra o que ocorreu em dois períodos

Dados percentuais dos investimentos				
Período	Participações	Giro	Estruturados	Total renda variável
2000/2004	8,3	11,5	3,4	23,2
2010/2014	30,8	7,0	6,2	44,0

<i>Dados percentuais dos investimentos</i>				
<i>Período</i>	<i>Participações</i>	<i>Giro</i>	<i>Estruturados</i>	<i>Total renda variável</i>
<i>2000/2004</i>	<i>8,3</i>	<i>11,5</i>	<i>3,4</i>	<i>23,2</i>
<i>2010/2014</i>	<i>30,8</i>	<i>7,0</i>	<i>6,2</i>	<i>44,0</i>

As rubricas Participações e Estruturados concentram ativos em demasia em detrimento da rubrica Giro.

A consequência natural dessa forma de operar um plano maduro apresentou resultados catastróficos:

1) Ingerência do Governo Federal e da Petrobrás em direcionar esses ativos para servirem a interesses eleitoreiros (Itaúsa, Sete Brasil, Invepar/Guarulhos, Lupatech etc.)

*2) Balcão para negociar cargos bem remunerados nos conselhos dessas empresas em troca de apoio político (**em torno de 40 cargos**).*

*3) Desembocou no déficit bilionário registrado em 31/12/2015 de R\$ 22,1 bilhões (**valor este suspeito de ser ainda maior**).*

4) Uma única operação, Itaúsa, transferiu 6,7% da Renda Fixa para a Variável na rubrica Participações.

<i>Investimentos</i>	<i>dez/02</i>	<i>% TI</i>	<i>dez/03</i>	<i>% TI</i>	<i>nov/15</i>	<i>% TI</i>
Renda Fixa	13.269.772	75,43	14.745.841	71,08	32.556.713	49,60
Renda Variável	2.278.680	12,95	3.761.991	18,13	21.829.141	33,25
- Carteira em participações	1.056.679	6,01	1.240.171	5,98	19.056.208	29,03
- Carteira de giro	1.209.790	6,88	2.521.820	12,16	913.805	1,39
- Outros títulos de RV	12.211	0,07		0,00	1.859.128	2,83
Investimentos estruturados	561.545	3,19	532.700	2,57	3.951.848	6,02
Imóveis	993.216	5,65	950.590	4,58	4.798.337	7,31
Operações com Participantes	487.839	2,77	754.198	3,64	2.509.051	3,82
<i>Total dos investimentos</i>	17.591.052	100	20.745.320	100	65.645.090	100



São muitos os exemplos desse desregramento em nossa Fundação, apontamos a seguir alguns dos principais ativos que estão na base do grande prejuízo que nos atingiu:

1. Itaúsa

*Investimento inicial em 30/12/2010 – 15% do capital votante hoje – perdas históricas irrecuperáveis de mais de R\$ 1 bilhão por **ÁGIO INJUSTIFICÁVEL** e diferença de rendimentos em relação aos títulos públicos vendidos para a compra do lote inicial das ações*

- a) Camargo Correa a grande beneficiada*
- b) Vencimento de parte da dívida pública do governo prorrogado até 2050 pela troca das NTNBS*
- c) Comissão ao ex-ministro Antônio Pallocci*
- d) José Sérgio Gabrielli como conselheiro do CA da Itaúsa*
- e) Camargo Correa doou R\$8,5 milhões à campanha da Dilma em 2010*

2. **Invepar** - 25% no capital votante e 25% em ações PN equivalentes a 35.764.281 ações ON e 71.528.561 ações PN. Participou e venceu o leilão de privatização do aeroporto de Guarulhos em fevereiro de 2012, pagando 373,5% de ágio. Ágio que hoje inviabiliza o investimento. Avaliada em dez/2014 em R\$ 2,8 bilhões, sofreu queda em seu valor em dez/2015, registrando no RA o total de R\$ 2,4 bilhões. O mercado, porém, não aceitou comprar as ações da construtora OAS (mesma quantidade que a Petros tem) oferecidas a **R\$ 1,35 bilhões. É ele, o mercado, que determina o valor de um ativo, o que demonstra que a Petros, conforme ocorreu em dezembro de 2013, mais uma vez usou Invepar para esconder parte do seu déficit em dezembro de 2015.**

3. **Sete Brasil** - participação de 17,65% em cotas no FIP Sondas, valor total em dez/2014, R\$1,392 bilhão. A Petros injetou mais de R\$300 milhões em janeiro/2015, com a empresa já condenada. Em dezembro deu baixa quase total no investimento, que vale hoje **R\$61 milhões, portanto perda irrecuperável de mais de R\$1,7 bilhões.**

4. **Norte Energia (Usina Belo Monte)** – 730.000.000 ações – investidos mais de R\$ 1 bilhão. Foi desvalorizada em dez/2015 em **R\$ 583 milhões, após 4 aportes de capital em 2015 e mais dois agora em 2016.**

5. **Lupatech ON** - até 30/9/14 participação de 24,5%, em out/14 caiu para 0,82%. Em jun/15 ações agrupadas em 500/1. Petros investiu mais de R\$400 milhões e hoje tem menos de R\$150 mil. Perdas totais e irrecuperáveis de mais de **R\$ 550 milhões**.
6. **Brasil Pharma ON** – 10% no capital votante = 36.305.108 ações. Controlada pelo BTG. Petros investiu mais de R\$200 milhões que representam hoje menos de **R\$25 milhões**
7. **Dasa ON** – Petros tinha 10% do capital votante. Seu controlador fez oferta de compra a R\$15,00 por ação, sendo recusada pela Petros. No início de 2016 feita nova oferta rebaixada, a R\$10,50: a Petros vendeu sua participação, com prejuízo de mais de **R\$ 250 milhões**
8. **Vale - Carteira Ativa III FIA** – Petros detém 68.272.121 cotas do fundo. Perdas alcançam os **R\$2 bilhões. Acordo de acionistas não permitiria sua venda**
9. 70 investimentos ruinosos que geraram provisão para devedores duvidosos em dez/2015 de mais de **R\$868 milhões**

Veja – 11/6/2011 - Influência

Palocci ajudou doadora de campanha do PT

Reportagem de VEJA desta semana mostra que o ex-ministro teve papel central nas negociações para que Camargo Correa vendesse ao fundo de pensão Petros participação acionária na holding Itausa

BRASIL - GOVERNO

<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/palocci-pede-demissao/>

Antonio Palocci pede demissão

Ministro da Casa Civil, que teve salto patrimonial de vinte vezes em quatro anos, apresentou pedido de desligamento à presidente Dilma Rousseff

Por: Luciana Marques e Carolina Freitas 07/06/2011 às 18:13 - Atualizado em 07/06/2011 às 19:18

Domingos de Saboya Barbosa Filho

É ele o grande responsável pelo surgimento de vários nomes que atuam hoje investigando e denunciando os absurdos que ocorreram nas gestões da Petros, ao tomar conhecimento das denúncias da revista Veja que derrubaram o ministro Palocci e, a partir dela, analisar e tornar pública a Operação Itausa.

PETROS

www.petros.com.br

RENTABILIDADE, FOCO NO PARTICIPANTE E TRANSPARÊNCIA

Diretoria retoma série de encontros para prestar conta aos participantes e apresentar as perspectivas diante do atual cenário econômico brasileiro



(c) www.advfn.com

ANÁLISE DO "AFFAIRE" CAMARGO CORRÊA-ITAÚSA-PETROS

REVISTA VEJA EDIÇÃO 2221 (ANO 44, Nº24, DE 15 DE JUNHO)

Domingos de Saboya Barbosa Filho
Rio de Janeiro, 31 de julho de 2011

Itaúsa / NTN-B / Camargo Corrêa

Em 30/12/2010, em leilão público, a Petros adquiriu **12,70%** do capital votante da holding Itaúsa, sendo **11,43%** da Camargo Correa, ao custo de **R\$3,09 bilhões**.

A compra das ações ITSA3 se deu através da venda de 1.285.000 títulos NTN-B's, resultado da troca por outros NTN-B's (valor envolvido nessa troca: **R\$16,3 bilhões**, **perto de 1/3 do patrimônio da fundação na época**), com origem nos títulos podres da privatização das subsidiárias da Petrobrás que haviam sido repassados para a Petros como pagamento de dívida da Patrocinadora. Dessa venda, **R\$2,602 bilhões** foram empregados na compra das ações, dando um prejuízo imediato de **R\$16,3 milhões devido ao deságio na venda**.

A troca título a título (mesmo valor financeiro), permitiu ao TN esticar a dívida pública até 2050 e produziu uma grande pedalada quando a Petros enxertou outros títulos que não tinham origem na privatização das subsidiárias da Petrobrás, mas da Eletrobrás e que nos rendiam **IPCA+11,05% a.a.**

A comparação do rendimento dos títulos vendidos (caso permanecessem em carteira – **e que rendiam a meta atuarial**) com os dividendos pagos por esse lote inicial no período 2011/2014 seria 2,2 vezes maior.

Se nessa comparação substituirmos os títulos vendidos pelos títulos da Eletrobrás, que foram enxertados pelos gestores da Petros e que tinham um rendimento muito maior (IPCA+11,05%a.a.), o valor cresce de forma astronômica, considerando sua quantidade bem menor (**745.414 títulos com o valor financeiro de R\$1,507 bilhões**).

A perda desse rendimento atinge em valores atuais, **R\$104 milhões por ano**, irrecuperáveis.

O Sr. Henrique Jäger, em depoimento na CPI dos fundos, em 1/9/2015, afirmou que o preço pago envolvia Prêmio de Controle – faltou-lhe assessoria, pois **não existe e nunca existiu qualquer prêmio de controle agregado ao lote da CC.**

Essa mesma argumentação já havia sido apresentada pelo Conselheiro Paulo Brandão, em 14/11/2011, ao afirmar que a Petros fazia parte do Bloco de Controle da holding Itaúsa.

O COMIN (Comitê de Investimentos) principal comitê da área de investimentos não foi ouvido durante os 12 meses em que o tema foi debatido internamente.

Ações ITSA3 (ON), **sem liquidez**, compradas a R\$14,48/ação com **ágio injustificável** (11,956% sobre o valor de R\$13,39, fixado em set/2010).

Ao se considerar o valor médio da ação nos 4 meses anteriores à compra o prejuízo, irrecuperável, trazido aos nossos dias, supera os **R\$585 milhões**.

A CC mantinha, com seu lote, um conselheiro no CA da Itaúsa, porém isso se devia à amizade com as famílias Setúbal e Vilella. Essa mesma situação foi repassada para a Petros. Indicado, o Sr. José Sérgio Gabrielli assumiu em 29/4/2011 e permaneceu até 30/04/2015.

A partir de jun/11 a Petros iniciou uma desesperada busca na compra dessas ações **para alcançar o total de 15%**. Essa marca (15%) só foi formalizada em 10/1/14. **A Petros levou 32 meses para comprar os outros 2,30% restantes, prova inequívoca da total falta de liquidez dessas ações.**

Esse período fez da Petros a maior compradora a mercado, média de 84,92% de todas as ações ITSA3 negociadas na Bovespa.

Em dez/13, para um total de 800.800 ações negociadas em 19 pregões ocorridos, a Fundação foi responsável pela compra de 717.214 dessas ações ou 89,56% do total de negócios do mês.

O balanço da Petros de 31/12/2013 apresentou uma série de situações altamente suspeitas e que hoje mais conhecemos como pedaladas. Uma delas envolveu as ações da Itaúsa.

Em 13/12/13, ITSA3 chegou ao valor mínimo do ano. Nesse dia, considerando a quantidade que a Petros mantinha em estoque (base nov/2013 = 313.511.891), seu valor financeiro era de **R\$3.025.389.748**. Ao fechar o último pregão do mês (**R\$12,70**) o valor saltou para **R\$3.981.601.016**. Ou seja, em apenas 10 pregões, esse investimento sofreu uma valorização total de **R\$956.211.268**. Não estão consideradas aqui as 717.214 ações ITSA3 compradas em dez/13.

Os dois últimos pregões do ano ressaltam valorização fora do padrão, com valores acima de 7% diários e sem qualquer justificativa. Em 21/2/14 o valor unitário caiu para **R\$9,10**. Cobramos isso da CVM que não viu irregularidade alguma nesse comportamento.

Previc reconheceu a operação como irregular após denúncia que fizemos.

Punido num primeiro momento somente o ex-diretor de investimento e ex-presidente Luiz Carlos Fernandes Afonso.

Em análise posterior, a Previc considerou também a Camargo Correa como responsável pelo prejuízo de R\$151,5 milhões à Petros

*A operação foi aprovada de forma COLEGIADA pela Diretoria Executiva e aprovada no Conselho Deliberativo, órgão máximo da estrutura organizacional da Petros, **por unanimidade.***

Considerando o Artigo 22 do Estatuto, insistimos com a Previc que se estenda a todo o quadro decisório a punição pela grave irregularidade que recai sobre Diretores e Conselheiros Deliberativos da Petros

CAPÍTULO II DO CONSELHO DELIBERATIVO

Artigo 22 O Conselho Deliberativo, órgão máximo da estrutura organizacional, é responsável pela definição da política geral de administração tanto da Petros quanto de seus planos de benefícios, e sua ação se exercerá pelo estabelecimento de diretrizes e normas gerais de organização, operação e administração.

Títulos do Tesouro Nacional - NTN-B - parte com origem em privatização da Petrobrás

TÍTULO	EMISSÃO	VENCIMENTO	RENDIMENTO	PU	QUANTIDADE	VALOR ECONÔMICO - R\$
NTN-B	15/11/2001	15/11/2013	ipca + 6%	1.967,19	1.332.916	2.622.093.102,56
NTN-B	15/03/2002	15/03/2023	ipca + 11,05%	2.021,46	745.414	1.506.822.223,71
NTN-B	15/11/2001	15/11/2033	ipca + 6%	2.050,41	5.932.856	12.164.762.637,74
TOTAL					8.011.186	16.293.677.964,01

Títulos do Tesouro Nacional - NTN-B - recebidos em troca dos anteriores

TITULO	EMISSÃO	VENCIMENTO	RENDIMENTO	PU	QUANTIDADE	VALOR ECONÔMICO - R\$
NTN-B	23/12/2010	15/08/2014	Tx mercado	1.996,29	394.046	786.631.720,69
NTN-B	23/12/2010	15/05/2015	Tx mercado	1.976,11	132.679	262.187.724,72
NTN-B	23/12/2010	15/05/2017	Tx mercado	1.990,52	395.188	786.628.099,05
NTN-B	23/12/2010	15/08/2020	Tx mercado	2.023,01	388.850	786.645.589,90
NTN-B	23/12/2010	15/08/2024	Tx mercado	2.046,99	736.115	1.506.821.408,60
NTN-B	23/12/2010	15/08/2040	Tx mercado	2.118,38	1.148.518	2.432.997.998,42
NTN-B	23/12/2010	15/05/2045	Tx mercado	2.129,87	2.284.601	4.865.906.188,66
NTN-B	23/12/2010	15/08/2050	Tx mercado	2.151,32	2.261.799	4.865.859.232,97
TOTAL					7.741.796	16.293.677.963,01

Emissão NTN-B	Vencimento NTN-B	Preço Unitário (R\$) 15/11/2001	Quantidade	Financeiro (R\$)
15/11/2001	15/11/2013	1.107,529945	1.332.916	1.476.244.384,17
15/11/2001	15/11/2033	1.107,529945	5.932.856	6.570.815.679,37
Total			7.265.772 ✓	8.047.060.063,54 ✓

LUPATECH

Lupatech – exemplo de “má gestão” em todos os níveis.

Grupo fundado em 1968 pelo empresário gaúcho, já falecido, Nestor Perini. Ficou famoso em 2000 ao aplicar golpe de R\$ 60 milhões em pecuaristas do Mato Grosso através do frigorífico Frigoverdi.

O resultado disso se deu em 2011: obrigado a vender R\$6,8 milhões em ações, em sua holding familiar, a Lupapar, dona de 25% da Lupatech, derrubou o valor unitário das ações LUPA3, a **R\$3,45**, seu menor valor histórico naquela ocasião.

Nestor Perini, com todo esse currículo só foi desligado da diretoria da Lupatech a partir de agosto de 2011, permanecendo à frente do seu CA até seu falecimento em 2/8/2013

A Petros começou a comprar LUPA3 em nov/2007, autorizada pela sua Diretoria Executiva (item 8 da ata DE-1627/2007) e submetida ao conhecimento do Conselho Deliberativo (item 20 da ata CD-371/2007).

*Sem acesso aos números reais, estima-se que as primeiras compras foram feitas a preços acima de **R\$51,00/ação**.*

A Petros JAMAIS recebeu dividendo dessa empresa. É de de 9 de abril de 2007 o último dividendo distribuído pela Lupatech (R\$0,13).

Em 2008 elevou sua participação atingindo, em jul/2009, 15% do capital votante. Espantoso em tudo isso é que, na medida em que a Lupatech definhava, os gestores da Petros mais investiam.

Tornou-se muito conhecida pela compra de diversos ativos a preços muito elevados.

A empresa tinha como forte cliente a Petrobrás. Sua situação se deteriorou de vez a partir dos problemas de caixa da nossa patrocinadora.

Em 27/10/2011, ata 1865, item 11, a Diretoria Executiva aprovou a compra de um CCB no valor de **R\$60 milhões**, com proposta de rendimento = **IPCA+11,5%a.a.**, condicionada à apresentação de relatório de rating e aprovação de instrumentos jurídicos pela Gerência Jurídica.

Dada a situação já desesperadora da empresa, a mídia tratava essa compra como empréstimo.

Evidente que isso foge a qualquer legalidade, infelizmente a legislação permite essa triangulação e o resultado, no caso da Petros, são os mais de 70 investimentos jogados em provisão para devedores duvidosos que acusam mais de **R\$868,7 milhões**, grande parte com perda total.

Em 2/4/2012, de comum acordo, Lupatech e Petrobrás encerraram contrato no valor de **U\$779 milhões**.

Em 5/4/2012 a Petros em acordo se comprometeu a subscrever aumento de capital a **R\$4,00/ação**, caso os demais acionistas não o fizessem, além do valor a que tinha direito. Como as ações já estavam abaixo desse valor, a Petros, junto com o BNDES, acabou por assumir o ônus. Esse acordo custou à Petros **R\$130 milhões**.

A impressão que essa operação causou a nós participantes foi a ocorrência de uma barganha: a Petrobrás aportaria recursos via Petros e, em contrapartida, a Lupatech desistiria dos contratos e de qualquer demanda a eles associada.

Diga-se de passagem que a Lupatech com toda a certeza teria direito a invocar indenizações da Petrobrás por atrasos na autorização de execução dos serviços contratados, ou por desistência da Petrobrás em executá-los.

Há indícios sérios de desvio de recursos públicos (BNDES) e privados (Petros) de forma irresponsável para um negócio sem futuro, com o duplo objetivo de livrar a Petrobrás do pagamento de indenizações por descumprimento de contratos de grande vulto e ao mesmo tempo possibilitar que a empresa socorrida saldasse parte de suas dívidas com um seletivo grupo de credores.

Em última análise, trata-se de prática bem conhecida em nosso país: **socialização de prejuízos**. Acima de tudo, é mais um caso emblemático de intromissão indevida de interesses de terceiros - governo, patrocinadora ou particulares por eles protegidos - nos negócios dos fundos de pensão de estatais, acarretando-lhes prejuízos e colocando-os irresponsavelmente no caminho da ruína.

A perda com esse negócio, em valores atualizados, é de **R\$440 milhões**. Não temos informação sobre o destino da letra de **R\$60 milhões**. Se o CCB existiu e não foi resgatado, o prejuízo chega perto de **R\$520 milhões**.

Esse cálculo não inclui o valor correspondente aos rendimentos proporcionados pela aplicação desses recursos em investimento rentável. Considerando, porém, a situação crítica da empresa que suspendeu o pagamento de juros para os diversos títulos em vencimento, o prejuízo final está na marca dos **R\$520 milhões**.

CPI dos Fundos de Pensão

A CPI dos Fundos de Pensão da Câmara Federal foi fruto de trabalho dos participantes de pelo menos duas grandes fundações: **Funcef** e **Postalis**.

Já os participantes da Petros acabaram representados por **somente** 3 participantes, Raul Rechden, Sérgio Salgado e Velocino Tonietto, com apoio logístico de somente duas das nossas **dezenas** de entidades, **Ambep** e **Gdpape**.

As demais entidades, sindicais ou de aposentados, não tiveram qualquer interesse em participar do intenso trabalho de esclarecimento das questões que atingem nossa fundação. Nossas lideranças desdenharam e, em alguns casos, até mesmo ridicularizaram o trabalho e os resultados que dela poderiam sair.

Dos **Conselheiros eleitos Epaminondas de Souza Mendes e Ronaldo Vilardo Tedesco, em 18/9/2015**: “ A solução para os nossos problemas na Petros não é fácil. Não há fórmulas mágicas. Não dá para confiar que bravatas ou CPI composta na Câmara ou no Senado possam resolver nossos problemas.“

Do **Conselheiro eleito Paulo Teixeira Brandão, em 15/6/2016**: “Só os inocentes úteis acham que o congresso nacional que temos, as CPIs que assistimos etc... vão resolver as falhas de governança dos Fundos de Pensão que detém o maior volume de poupança do país!“

Como resultado dessa falta de visão, em 5/7/2016, em palestra na ABI-RJ, nossos conselheiros fizeram a seguinte afirmação: **“A CPI dos Fundos de Pensão não ouviu nem Paulo Brandão nem Ronaldo Tedesco sobre esta operação e citou, em seu relatório final, cinco dos seis membros do CD à época e membros da Diretoria Executiva. Sem apontar o nome do Presidente da Petros à época, Wagner Pinheiro, nem do relator do processo, o Conselheiro indicado Jorge Nahas.”**

O não indiciamento no Relatório final do presidente da Petros, bem como do relator da Operação Itaúsa Jorge Nahas, **foi consequência natural da falta de participação das nossas lideranças**. O Relator da CPI, deputado Sérgio Souza, para conseguir aprovar várias das propostas, foi obrigado a aceitar a retirada do nome do Wágner Pinheiro.

Curiosamente, quando se sentiram ameaçados com a discussão da PLP-268/2016, que discute a questão de diretores e conselheiros das fundações, correram à Brasília para fazer lobbie em suas defesas.

Vale relatar que o presidente da Funcef Carlos Alberto Caser acabou indiciado, fruto da intensa movimentação e manifestação dos assistidos daquela Fundação, contrariando o jogo de barganha política que também se tentou fazer em sua defesa.

Nossa apresentação na CPI dos Fundos de Pensão se deu sobre dois dos nossos investimentos temerários, Itaúsa e Lupatech.

Ouvidos diversos convocados, o resultado final para os participantes das fundações, principalmente as mais atingidas de imediato pelo furacão dos péssimos gestores, foi acima de qualquer expectativa. Gerou diversos indiciamentos e solicitações de apurações a órgãos fiscalizadores e investigativos.

Em nosso caso indiciou na operação Itaúsa, a Diretoria Executiva e o seu Conselho Deliberativo. Importante salientar esse resultado pois obriga a partir de agora que os conselheiros, eleitos ou indicados, tomem maior cuidado na discussão e aprovação das questões que lhes são submetidas.

O Conselheiro eleito Sílvio Sinedino, convocado, compareceu e prestou depoimento demonstrando, entre outras informações importantes, também a irregularidade da operação Itaúsa.

Os demais conselheiros em nenhum momento se dispuseram a comparecer para esclarecer sua participação em algumas das operações consideradas nebulosas.



que seria a única cliente da Sete Brasil. Após a queda brusca e estável do preço do petróleo e do escândalo da Lava-Jato, está em compasso de espera, com a demissão de milhares de trabalhadores navais, aguardando uma reestruturação da companhia e do seu porte para tentar viabilizar o negócio. Itaúsa. Holding cujo maior ativo é o Banco Itaú. Investimento muito questionado por ser considerado sem liquidez e por ter sido fruto da troca de NTNs de bom rendimento e que tinham que ser levadas ao vencimento. Após o negócio, surgiram vários boatos de favorecimentos, e ficou demonstrado que houve aproveitamento do vendedor, aumentando sua quantidade de ações para venda. O Ex-Presidente da PETROS Luís Carlos Afonso já foi punido pela PREVIC por irregularidades nessa operação.

É de se notar no depoimento do conselheiro Sílvio Sinedino, ocorrido em 1/12/2015, conforme a colagem da página 6 acima, seu relato sobre ter ficado “demonstrado que houve aproveitamento do vendedor, aumentando sua quantidade de ações para venda.”

Como é que então, num processo de análise ocorrido no Conselho Deliberativo durante 12 longos meses, isso não foi observado pelos conselheiros eleitos? Chama-se DESÍDIA EM SUAS FUNÇÕES E COM ISSO ELES CONTRIBUÍRAM PARA QUE TIVÉSSEMOS UM PREJUÍZO IRRECUPERÁVEL DA ORDEM DE MAIS DE R\$ 1 BILHÃO EM VALORES ATUALIZADOS.

CPI dos Fundos de Pensão (slide 39)

O relatório da CPI dos Fundos de Pensão citou os nomes de Ronaldo Tedesco Vilardo, Paulo Teixeira Brandão e Yvan Barretto de Carvalho (já falecido), entre os membros do Conselho Deliberativo da Petros (CD) responsáveis pela aprovação da compra das ações do ativo ITAUSA.

O Relatório Final da CPI, em suas páginas 737/8, indiciou formalmente os três conselheiros, enumerando-os como 88, 87 e 89 respectivamente, co-responsáveis pelo prejuízo de R\$422.498.564,00 ocasionado pela Operação Itaúsa

Esta operação foi realizada em 2010, pela Petros, após decisão do CD que autorizou a compra destas ações até o limite de 15%. O Conselho Fiscal da Petros avaliou na época esta operação, após sua realização, apontando a não garantia da participação na governança e baixa liquidez .

A única avaliação do Conselho Fiscal se deu em relação a se o percentual de 15% daria direito líquido e certo à indicação de um conselheiro e concluiu que de fato não há qualquer garantia

A alegação é que tal operação teria provocado perdas ao fundo de pensão para as quais os conselheiros teriam concorrido. A Previc, em 2014, através do Relatório de Fiscalização do seu Escritório Regional do Rio de Janeiro (RFERRJ/PREVIC nº 28/2014) identificou irregularidades na execução da deliberação do CD e autuou o Diretor de Investimentos à época (AETO) Luís Carlos Afonso.

CAPÍTULO II DO CONSELHO DELIBERATIVO

Artigo 22 O Conselho Deliberativo, órgão máximo da estrutura organizacional, é responsável pela definição da política geral de administração tanto da Petros quanto de seus planos de benefícios, e sua ação se exercerá pelo estabelecimento de diretrizes e normas gerais de organização, operação e administração.

A CPI dos Fundos de Pensão não ouviu nem Paulo Brandão nem Ronaldo Tedesco sobre esta operação e citou, em seu relatório final, cinco dos seis membros do CD à época e membros da Diretoria Executiva. Sem apontar o nome do Presidente da Petros à época, Wagner Pinheiro, nem do relator do processo, o Conselheiro indicado Jorge Nahas.

Resultado mais que normal à falta de atuação e de interesse no processo, considerando o resultado obtido pelos assistidos da Funcef e do Postalis.

Ações executadas pelo grupo GDP

2011 11 24 – MPF - RJ

2013 03 30 – Contratado parecer ao desembargador Sérgio D'Andréa

2014 01 16 – Previc – representação

2014 02 28 – CVM – representação

2015 03 05 – Polícia Federal em SP - depoimento

2015 03 16 – Previc – representação

2015 03 20 – CVM – representação

2015 03 24 – Audiência Pública na CDC - apresentação

2015 07 07 – TCU – representação

2015 07 21 – TCU – representação

2015 08 04 – Previc – representação

2015 08 04 – Previc – representação

2015 09 24 – Previc – representação

2015 11 12 – CPI dos Fundos de Pensão - depoimento

2015 11 16 – TCU – representação

2015 12 10 – Operação Lava Jato - Depoimento em Curitiba

2016 05 19 – MPE SP – representação

Apresentação CPI e Investimentos Petros

Obrigado pela atenção

*Em nome do Grupo em Defesa da Petros – **GDP***

Sérgio Salgado - sersalga.2304@gmail.com

Raul Correa Rechden - rrechden066@gmail.com

Suporte técnico e logístico - www.discrepantes.com.br

Balanço de 2013 – manipulação do déficit em (R\$4,4 bilhões)

Em out/ 13 as cotas do FIP SONDAS (SETEBR) foram reavaliadas em +72%. Atingida pela operação Lava Jato, financeiramente está em situação crítica = R\$1,4 bilhão aplicados. Redução do déficit neste ativo de **R\$0,31 bilhão**

Em dez/ 13 a Petros comprou 717.214 ações ITSA3 das 800.800 negociadas na Bovespa. O VU atingiu em 13/ 12/ 13 o menor patamar do ano, R\$9,65 mas fechou dez/ 13 a R\$12,70. Voltou em fev/ 14 para R\$9,70. Redução do déficit neste ativo de **R\$1 bilhão**

Invepar não é negociada na Bovespa e mesmo dando prejuízo no ano teve suas ações reavaliadas em 23,68% de nov para dez/ 2013. Redução do déficit neste ativo de **R\$0,5 bilhão**

Norte Energia não é negociada na Bovespa e sem qualquer resultado positivo foi reavaliada em 92%, total de R\$824 milhões. A FUNCEF com o mesmo % da Petros reavaliou esse ativo em (R\$51 milhões), ou R\$875 milhões de diferença. Redução do déficit neste ativo de **R\$0,4 bilhão**

As ações da VALE, ON e PN tiveram resultado negativo em 2013: 15,54% e 19,54%. A fundação é dona em 100% de um fundo com essas ações. Foram reavaliadas de nov para dez/ 13 em 12,4%, R\$59,93 para R\$67,36. Redução do déficit neste ativo de **R\$1,1 bilhão**

Avaliação atuarial executada sobre o crédito do AOR em +47,06%. Redução do déficit em **R\$2,6 bilhões**

Fechamento do balanço de 2015

FIP Florestal –Eldorado Celulose – reavaliado em **+R\$1,176 bilhão**

Invepar – a desvalorização aplicada não corresponde ao valor que o mercado paga – manipulação gritante de **+R\$1,007 bilhão**

Avaliação do AOR – atualização atuarial de **+R\$1,875 bilhão**

Família Real ▶ **R\$ 5 bilhões**

Acordo de níveis ▶ **R\$ 3,5 bilhões**

Ações de níveis ▶ **R\$ 3 bilhões**

Avaliação do AOR - vem sendo usado para manipular o fechamento do balanço

DÍVIDAS ou ATIVOS

GESTORES PETROS / FUP / CONSELHEIROS ELEITOS

NOVO AOR ???

TCU condena aporte do BNDES em fundo de pensão FAPES

**Fundo de pensão é uma entidade capitalista
Para atender a burguesia!!!**

Ativo	perda irre recuperável	variação	2.015
Agro Vanguarda			
Brasil Pharma	400.000.000		
Br Properties			
Dasa	311.000.000		
Invepar		1.443.594.000	
Itaúsa	1.000.000.000		2.500.000.000
Lupatech	560.000.000		
Norte Energia		583.000.000	
Sete Brasil	1.708.672.000		
Telemar	1.000.000.000		
Vale		873.282.000	
Fip Florestal			1.175.163.000
Acordo de Obrigações		11.856.000.000	1.875.016.000

Claro que vai faltar benefício, se não o total, certamente uma boa fatia do benefício mensal de cada um, durante prováveis 20 anos, ou o resto da vida de muitos assistidos, o que vai fazer falta num momento difícil da vida do ser humano, sua velhice, quando fica dependente e quando cada centavo que falta pesa ao final do mês, por conta dos compreensíveis custos de sua saúde, que vai precarizando.

Os atuais gestores são tão ou mais responsáveis pelo atual déficit do que aqueles que colaboraram diretamente para ele, a partir de 2003 e por um motivo muito simples, acobertaram o problema e fizeram de tudo para desviar o foco. Não pode haver dicotomia dentro da mesma gestão, ou ela é culpada ou ela não é culpada. O que temos assistido é culpar a gestão naquilo que nos interessa e justificá-la naquilo que nos possa servir.